

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Onde estão os limites da exploração da força de trabalho e da depredação da natureza? Como esta pergunta faz pouco sentido para o capital, é a sociedade que deve perguntar: quais são os limites do capitalismo? A questão não é tanto a de saber se o capitalismo sobreviverá. É mais a de saber se sobreviveremos ao capitalismo.

Boaventura de Sousa Santos

China

A China é um ator central no contexto da atual crise mundial. Além de ser a segunda principal economia em termos de Produto Interno Bruto (PIB), é o país que mais exporta e aquele que detém maiores reservas em moeda estrangeira e ouro.

Tendo em conta o seu peso económico, a China é parte fundamental no delineamento de estratégias para ultrapassar a crise. Pequim tem-se empenhado, por um lado, em adquirir títulos de dívida soberana de algumas economias europeias e, por outro, em incentivar as suas empresas estatais a investir no estrangeiro. Com efeito, a sua ação tem sido essencial para alimentar as soluções neoliberais de curto prazo definidas pelos Estados-membros da União Europeia. O processo de privatizações em Portugal previsto pelo programa de ajustamento financeiro, que permitiu a entrada da “Three Gorges” no capital da EDP e da “State Grid” na REN, constitui um exemplo disso mesmo.

No entanto, além das estratégias puramente financeiras e economicistas, é fundamental que a China participe do esforço político para encontrar soluções que permitam gerar alternativas e ultrapassar a crise. O seu papel é essencial para a definição de regras justas que regulem a nível global o comércio, a propriedade intelectual e o mercado cambial. A sua disponibilidade para lidar com questões como o dumping social ou a depreciação do *yuan* devem fazer parte deste esforço. Os diálogos que mantém com o Brasil e a Índia, tanto a nível multilateral como a nível bilateral, são exemplos da vontade de Pequim de, juntamente com outros países em processo de desenvolvimento, delinear alternativas a uma crise cuja origem e cujos efeitos se situam principalmente no mundo desenvolvido.

De facto, apesar da crise, a China tem conseguido manter taxas de crescimento económico elevadas. A opção de não seguir à risca a doutrina neoliberal, mantendo uma forte participação do Estado na economia deu ao

Partido Comunista Chinês (PCC) mais condições para gerir com mais agilidade os efeitos da crise. Contudo, esta também mostrou com mais clareza os riscos que o PCC corre por basear a sua legitimidade política sobretudo no desempenho económico do Estado. Num contexto de esfriamento do crescimento económico, já sentido em 2011, os problemas internos da China, como as assimetrias regionais, as desigualdades sociais e a ausência de estruturas políticas democráticas, tornam-se mais prementes.

Helena Rodrigues

Cidadania

Com origem na Grécia Antiga, a cidadania irá desenvolver-se como uma das grandes conquistas da democracia moderna. Mecanismo de integração igualitária e participada, a cidadania rege a relação indivíduo-Estado mediante um conjunto de direitos e deveres recíprocos. Esta ideia moderna de cidadania resulta da politização dos direitos humanos emergentes da Revolução Francesa, com a transformação do súbdito em cidadão no âmbito dos novos Estados-nação.

A cidadania acompanha o desenvolvimento do capitalismo e dos grandes impérios coloniais e os ideais de igualdade e universalidade permanecerão imperfeitos durante muito tempo – que o digam os estrangeiros, as mulheres, os escravos, os súbditos imperiais e as classes baixas. Só no pós-guerra do séc. XX a cidadania defronta o capitalismo com a criação dos direitos sociais e do Estado-Providência (T.H. Marshall). Mas o papel do Estado como garante da cidadania foi sempre marcado pela ambiguidade entre o dever de proteção e a segurança. O ataque às Torres Gémeas inaugurou uma era de estado de exceção que instaurou um clima de medo propício à consolidação das regras do jogo do capital. A ansiedade com a segurança passa a esconder falhas de proteção no cenário da chamada crise global: de violações de privacidade e ataques às liberdades individuais à promoção de reformas estruturais que lesam os cidadãos nos seus direitos mais básicos à saúde, à educação e ao trabalho.

O Estado protetor deu lugar ao Estado indiferente, se não ameaçador, ele próprio refém dos mercados. Hoje, como têm demonstrado os vários movimentos de rua, dos ocupas aos indignados, a cidadania é a indignação ativa, que continua a exigir a atualização dos direitos.

Maria José Canelo